

João Paulo Rodrigues *

UM CONFRONTO DE PALAVRAS E AÇÕES: O *JORNAL DAS TRINCHEIRAS*
EM CENA NA “*REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA*” DE 1932

Resumo: Averiguar os usos da retórica em tempos de confronto, problematizando as nuances do discurso “proselitista” na arregimentação de corações e mentes para um delicado enfrentamento armado envolvendo estados do mesmo país, são objetivos propostos neste artigo. Nele emerge ao centro do debate o *Jornal das Trincheiras*, publicação oficial do comando insurrecto paulista, que circulou durante os meses de luta em 1932, perpassando a retaguarda e as linhas de combate e levando consigo o conforto moral e a esperança de vitória aos contendores. A especificidade do jornalzinho, que conta com a colaboração da elite intelectual paulista da época, precisa ser investigada, pois nele se condensa o discurso “proselitista”, peça proeminente do entrenchamento, tendo em vista que São Paulo sustentou a beligerância por quase três meses com recursos bélicos notoriamente inferiores aos do Governo Provisório e, a despeito da derrota militar, celebra hodiernamente a vitória moral de seu levante.

Palavras-chave: *Jornal das Trincheiras*; Levante 1932; Propaganda.

Abstract: To inquire the uses of the rhetoric in confrontation times, to problematize nuances of “the proselytiser” discourse in recruitment of hearts and minds for a delicate armed confrontation involving states the same country, objectives are considered in this article. In it emerges to the center of the debate *Jornal das Trincheiras*, official publication of the paulista command insurgent, that it circulated during the months of fight in 1932, transiting the rear and the lines of combat and leading I obtain the moral comfort and the hope of victory to the contenders. The singularity of periodical, that it counts with contribution of the São Paulo intellectual elite of the epoch, needs be investigated, therefore in it if condenses “ the proselytiser” discourse, prominent part of the entrenching, in view of that São Paulo supported the belligerence for almost three months with inferior warlike resources to with regard of Provisory Government e, the spite of the military defeat, celebrates today the moral victory of its revolt.

Keywords: *Jornal das Trincheiras*; Revolt 1932; Propaganda

* Doutor em História pela FCL – UNESP/ Assis – SP - Brasil.

Introdução:

Para que os esforços da sociedade engajada na sublevação contra o Governo Provisório e o movimento “tenentista” no ano de 1932 em São Paulo fossem bem sucedidos, era preciso que os combatentes da zona de operações e os voluntários da retaguarda se mantivessem compenetrados na peleja e dispostos a correr todos os riscos, *sem desfalecimentos na defesa da terra bandeirante e do Brasil*.¹ Tal condição, na concepção dos articuladores do levante – notadamente a Frente Única Paulista (FUP)² –, passava pela atuação coordenada dos meios de comunicação de massa, notadamente das rádios paulistas, que travavam acentuadas disputas pelo campo simbólico – tomado como vértice de ressonância – com suas congêneres cariocas.³

Essa tentativa de convencimento social, indispensável após a radicalização armada que se instaurou em 9 de julho – fruto, segundo Emília Viotti da Costa, do desenvolvimento inevitável das contradições internas à revolução de 1930 (COSTA, 1982, p. 9) –, ganhava moldes sólidos também na opção pela criação de pequenos jornais proselitistas que, embora não tivessem a mesma abrangência que as rádios no ciclo da comunicação, eram implementados pelo comando “rebelde” e detinham certa fluidez, a ponto de atingir o público das linhas de frente, como é o caso do *Jornal das Trincheiras*.

Este jornal, produzido pela *Liga de Defesa Paulista* (LDP),⁴ esteve presente, acompanhando e interpretando os acontecimentos, durante boa parte do conflito, por

¹ Como analisa Hernani Donato, a luta constitucionalista desencadeada em 9 de julho de 1932 se concentraria em quatro zonas principais. A *Frente do Vale do Paraíba* (sub-setores do Vale, litoral e do sul de Minas), onde o exército governamental, sob o comando do general Góes Monteiro, realizou seu maior esforço; a *Frente Mineira* (estendida ao Rio Paraná, dividia-se nos setores de Ribeirão Preto, Guaxupé, Ouro Fino, Passa Quatro, Cruzeiro), drasticamente carente de meios e de efetivos por parte dos paulistas; a *Frente de Mato Grosso*, alvo de disputas também pelo contato com o exterior e a possibilidade de transações de armamentos; a *Frente Sul ou do Paraná*, que assistiu a duríssimas batalhas e ao avanço sonante do destacamento governamental; e a *Frente do Litoral*, almejando o predomínio sobre a costa e a região portuária de Santos. Para pelejar em todas estas regiões, sobreleva Donato, “*São Paulo terá alistado ao redor de 60.000 voluntários*”, enquanto “*a mobilização do Governo Provisório alcançou alinhar cerca de 350.000 combatentes, gente do Exército, da Marinha, das Forças Públicas estaduais, de ‘provisórios’, ‘patriotas’ e outros*”. (DONATO, 2002. p.132).

² A Frente Única Paulista congrega em fevereiro de 1932 os partidos políticos que haviam rompido relações com o “tenentismo” e o Governo Provisório, notadamente o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP), com apoio das classes “conservadoras e liberais” de São Paulo e se propõe a lutar pela autonomia do estado e a constitucionalização do país.

³ Pelo microfone das rádios, a disputa era candente, principalmente, entre a Rádio Record (PRAR) e a Rádio Philips do Rio de Janeiro (PRAX), que, apesar de antes do início da luta haverem realizado transmissões em cadeia, iniciado o confronto trocavam acusações como assinala (TOTA, 1990. p.97).

⁴ De acordo com Davidoff, o manifesto de fundação da LDP remete a 19 de maio de 1931, com o objetivo de defender as tradições e o patrimônio paulista, ainda que militarmente se fosse preciso. Compunha a

meio de publicações que saíam aos domingos e quintas-feiras e seriam fartamente distribuídas pelos delegados da entidade e, especialmente, pelo *Correio Militar MMDC* – que, também, se incumbia de intermediar as correspondências e cartões-postais trocados entre os soldados das linhas de frente e seus familiares, cerceando o *derrotismo* (KLINGER, 1953, p.114).

No período de 14 de agosto a 25 de setembro foram treze edições que, inicialmente impressas na *Typographia Garraux* em quatro páginas pequenas, pouco tempo depois, a partir da 4ª edição – provavelmente por interferência de Plínio Barreto – do serviço de publicidade, passariam a ser produzidas nas oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo*, líder das articulações e da propaganda proselitista (RODRIGUES, 2009). Nestas oficinas, as edições poderiam ser impressas em formato ampliado, com maior rapidez, incluindo, também, as notícias de última hora, isto é, mantiveram-se as quatro páginas, mas em tamanho semelhante às de *O Estado de S. Paulo*. Cabe ressaltar que, ao lado das transformações técnicas, também houve mudanças nas estratégias de propaganda veiculadas pelos redatores do jornalzinho.⁵

O mérito deste pequeno jornal reside não apenas em sua ampla circulação, que atingiria grande parte dos campos de batalha paulistas e do Rio de Janeiro, no que é superado pelas ondas das rádios, mas na sistematização cristalina das propostas publicitariamente exploradas nos outros meios de comunicação. No *Jornal das Trincheiras* é reproduzida, de modo nítido, a palavra da direção da beligerância, estabelecendo pontes de contato entre militares e civis, de acordo com o projeto racionalizado pelo serviço de publicidade da LDP.

No intuito de averiguar os termos com os quais o escol amotinado empenha-se em perpetuar o confronto contra o Governo Provisório, examina-se

entidade pessoas ligadas às faculdades, políticos do PD e do PRP e intelectuais, cujas resoluções tinham como ponto comum o estabelecimento de táticas de defesa da autonomia política e econômica de São Paulo: “A liga definia-se como uma ‘arma defensiva’, que constituiria força capaz de reagir eficazmente contra incursões e arbítrios nocivos a São Paulo”. (DAVIDOFF, 2006).

⁵ É difícil identificar a equipe de redação e os colaboradores do *Jornal das Trincheiras*, principalmente porque os progenitores da publicação são anônimos, informando apenas que a direção da LDP havia se integrado aos batalhões beligerantes e o jornal estava nas mãos de uma comissão provisória. É certo que as coordenadas centrais eram de responsabilidade do serviço de publicidade do levante e, pelas evidências de iniciais subscritas em algumas matérias, nota-se a participação de jornalistas e intelectuais vinculados a *O Estado de S. Paulo*, como Vivaldo Coaracy e Guilherme de Almeida, e outros partidários da pugna como Alfredo Ellis Junior, Alexandre Marcondes Marconato e Mario de Andrade, entre outros. Este último, conforme Marco A. Villa, dedicava longo tempo a LDP e à redação do *Jornal das Trincheiras*, embora não assinasse explicitamente, como escrevera a Paulo Duarte: “minha vida se passa aliás nos trabalhos da Liga de Defesa Paulista, pra onde os amigos me mobilizaram. E graças a Deus, porque o início da guerra me deixou meio tonto, sem saber que destino tomar pra ter alguma utilidade. Agora, tenho consciência que trabalho, que sou de alguma forma útil, muito embora minha utilidade nem de longe se compare com o maravilhoso gesto de vocês que são soldados” (VILLA, 2008. p. 78).

detalhadamente o *Jornal das Trincheiras*, redigido e publicado pela LDP por incumbência do serviço de publicidade do *Comando Supremo do Exército Constitucionalista*. Interessa inquirir destes agentes: quais valores apelavam no intuito de fazer crer que a luta contra o Governo Provisório era uma causa justa? Como o serviço de publicidade sustentava a retórica mobilizadora? Qual o nível do diálogo com a propaganda contraposta pelo inimigo? Como as tropas respondiam à campanha “constitucionalista” do *Jornal das Trincheiras*? Enfim, de que modo o cotidiano do conflito era representado nas páginas do referido jornal?

I – Facetas de um levante em disputa

Como porta-voz do *Comando Supremo da Revolução Constitucionalista*, o *Jornal das Trincheiras* propunha-se a falar diretamente aos *defensores da lei*, *esclarecendo-lhes todas as dimensões do conflito*. Tratando-se, pois, de iluminar as consciências e demonstrar o verdadeiro caráter da pugna, a primeira tarefa a que se dispôs enfrentar o jornal recairia sobre a repulsa à propaganda veiculada pelo Governo Provisório.

Contra as argumentações articuladas pelos adversários durante o primeiro mês da luta, divulgadas através das rádios cariocas e dos panfletos clandestinos, geralmente lançados por aviões *ditatoriais* sobre o estado de São Paulo, a LDP manifestou-se já na matéria inicial do primeiro número do jornal, no dia 14 de agosto, reproduzindo integralmente o pronunciamento que foi divulgado pelas rádios e jornais da grande imprensa em 9 de agosto, feito pelo general Bertholdo Klinger,⁶ *comandante em chefe do Exército Constitucionalista*.

O signatário do manifesto frisa, logo de início, que a luta iniciada por São Paulo e Mato Grosso a 9 de julho, decorrido o primeiro mês, já se tornara uma causa que nenhuma força humana poderia deter na sua marcha para a vitória, corroborada pelo entusiasmo de todas as partes do país. Em seguida, reafirma o espírito patriótico do estado de São Paulo ao oferecer “*tudo quanto elle houvera accumulado na fartura, tudo quanto criara no trabalho diuturno de várias décadas... e a própria vida de sua gente*” (Jornal das Trincheiras, 14/08/1932, p.1)⁷ ao Brasil maior, para que este ressurgisse das

⁶ Anos depois, o general Klinger afirmaria que este pronunciamento teria sido redigido por Edgard Batista Pereira (KLINGER, 1949-1953. p. 254).

⁷ Grifo sempre nosso

adversidades vivenciadas. Destaca que esse sacrifício sagrado não poderia provir de interesses inferiores, porque só a força de um ideal seria capaz de reunir e solidificar num bloco os milhões de indivíduos que se uniram pela causa.

O general Klinger responde, então, às principais acusações feitas pelo Governo Provisório: “*Este movimento não é, como apregoam os arautos da dictadura, nem regionalista, nem seccionista, nem militarista*”. Esclarece que *S. Paulo é brasileiro* e empunhou armas não para se separar do Brasil, mas, para restabelecer a paz ameaçada pela *ditadura*, afinal, cidadãos livres “*jamais poderiam permitir que se consumasse impunemente o crime de reduzir o Brasil a uma senzala*”. Militarista também não o era, pois, os *constitucionalistas* reclamariam um exército disciplinado, nobre e eficiente, mas “*adstricto apenas aos deveres da classe, alheio às competições partidárias*” (Idem).

Por fim, justifica que o levante de 9 de julho não era partidário: “*Não o desencadeou a ambição de políticos. As agremiações partidárias apenas canalizaram-no. Se não houvessem canalizado, teriam sido envolvidas, e se houvessem tentado desvial-o, teriam sido submersas pela torrente da opinião pública*” (*Jornal das Trincheiras*, 14/08/1932. p.1). A ação teria partido de variados segmentos sociais, como a mocidade das escolas, o Exército, a Força Pública, as classes conservadoras, as próprias senhoras paulistas e seu trabalho na retaguarda, cuja síntese constituía o povo paulista, autor da pugna bélica.

De acordo, ainda, com o general Klinger, o apelo às armas deu-se como última instância, após várias tentativas de conciliação entre os grupos sociais insatisfeitos, mas sem efeito prático. Desde 1930, o próprio Klinger, como integrante do grupo de militares que contribuíram para a revolução, haveria alertado Getúlio Vargas sobre os perigos de uma permanência indeterminada no Governo Central, mas não fora ouvido. Portanto, conclui que a revolução de 1930 atraiçooou os seus compromissos mais sagrados e quis perpetuar-se no poder, impondo moços inexperientes – os “tenentes” – na interventoria pública, a censura ferrenha aos órgãos de imprensa e a participação indiscriminada do Exército na política. Conseqüentemente, a situação exigia uma atitude enérgica.

Na edição seguinte, de 18 de agosto, a estratégia adotada para legitimar a insubordinação manteve-se. Novamente, nas palavras do general B. Klinger, mas, desta vez, em resposta a um suposto rádio enviado pelo general Góes Monteiro, comandante das tropas federais, Klinger, reafirmando o caráter *constitucionalista, nacional e*

unificador do confronto, alerta o Governo Provisório para o emblemático apoio das massas em São Paulo, pois: “*Tudo quanto pedimos ao povo, ele o dá com abundância. O povo porfia em iniciativas de contribuição de toda a espécie...*” (Jornal das Trincheiras, 18/08/1932, p.2).

O artigo prossegue acusando o governo federal como o responsável pelos rumos negativos da Revolução de 1930 e do país. Conforme Klinger, o verdadeiro separatista não era São Paulo: “*É do lado de você que está o separatismo, pois que pretender esmagar um membro do corpo é buscar a mutilação desse corpo*” (Idem).

Além disso, em tom amistoso, o general sublevado aconselhava o seu par Góes Monteiro, aliado durante a Revolução de 1930, a atuarem juntos novamente na tentativa de restabelecer o governo revolucionário ao caminho de que se havia desviado pelos maus administradores, cujo intuito se resumia a permanecer indefinidamente no poder: “*... é a você que compete, enquanto é tempo, salvar o que ainda pode ser salvo, fazer o que a mim e a meus valorosos camaradas convida que façamos: abandonar a luta, que do seu lado é em defesa dos vendilhões do templo*” (Idem). Fica claro, pois, que na opinião de Klinger, o Governo Provisório não tinha competência para administrar o Brasil e, por isso, precisava ser deposto imediatamente.

Evidencia-se, também, nos pronunciamentos de Klinger uma ampla defesa da retórica constitucionalista, refutando as acusações do Governo Provisório e do “tenentismo” e, ainda, justificando o apelo às armas como uma atitude inevitável, promovida por uma explosão cívica da opinião pública nacional. Há que se assinalar, porém, a submersão, no discurso unanimista, do embate de forças sociais e o grau de participação dos diferentes envolvidos, dissimulando-se, por exemplo, que a maior parte das funções administrativas da peleja seria atribuída à alta sociedade, enquanto às classes populares caberia o “voluntariado braçal”.⁸

A consolidação do caráter positivo do levante de São Paulo e o combate às *mentiras da ditadura* eram considerados importantíssimos pelos editores do *Jornal das Trincheiras*, a fim de impedir que a disseminação das dúvidas dispersasse as tropas. A acusação feita pelo próprio Getúlio Vargas de que o levante paulista seria a expressão do reacionarismo político dos líderes da *República Velha*, era refutada com veemência e

⁸ Não se nega a presença de integrantes das classes dominantes diretamente nos campos de batalha, como aconteceu com Alfredo Ellis Junior, que foi ferido em combate e retornou à capital, ou Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho, que defendiam a continuidade da luta, mesmo após o armistício, mas, a participação da elite paulista de um modo geral concentrou-se na organização e estruturação da sublevação.

suplantada pela argumentação de que os insurrectos buscavam implantar novos rumos ao país. Isto pode ser percebido em matérias como a veiculada no dia 4 de setembro, em que se proclamava, parafraseando o *Diário da Noite*, que “*Os partidos políticos de todo o país sentiram em 1930 que o seu mandato estava extinto. Aos seus homens resta apenas a perspectiva da renovação e da penitência. Os que se deixaram ficar na estrada olhando para trás sofrerão o castigo da mulher de Loth*” (Jornal das Trincheiras, 04/09/1932, p.1).

O trunfo da propaganda transmitida nas trincheiras era, por conseguinte, a representação de um movimento renovador arrastado pela mocidade e pelo voluntariado, cujo sangue não se esparramava em vão. Não por acaso, a edição de número 9 trazia em destaque as palavras do governador Pedro de Toledo, enfatizando um futuro promissor: “*Desse amalgama sublime, em que todos se irmanam e se confundem, visando um princípio, superior a cada um delles, deve sahir uma mentalidade nova, despida de paixões partidárias, nobre e pura, capaz de conduzir nosso paiz a novos destinos, a uma almejada renascença, para a qual certamente, o destino nos conduz*” (Jornal das Trincheiras, 11/09/1932, p. 1).

Quanto à crítica feita pelo Governo Provisório ao tema da Constituição que, conforme Getúlio Vargas, antes da revolta de São Paulo já estaria com data marcada e, portanto, invalidando a principal justificativa moral paulista, a LDP qualifica pejorativamente tal assertiva como *outra balela* – que, aliás, é o título da matéria –, afinal, como poderia brotar uma carta magna de anticonstitucionalistas? “*... para a andadura lerda dos déspotas coxos do Cattete, que levaram quase dois annos para dar um único passo – e um passo em falso! – no seu caminho tortuoso, quantos meses, quantos annos não significarão esses ‘poucos dias’ promettidos?*” (Jornal das Trincheiras, 08/09/1932, p.4).

Se o Governo Provisório é considerado incapaz de organizar a nova Constituinte, na edição número 11 os *constitucionalistas* também equiparam a Revolução de 1930 à outras revoluções desvirtuadas na América do Sul, supostamente alvos da ironia européia. Aos “revolucionários” de 1930 faltaria um programa administrativo passível de instaurar uma nova república e, por isso, se processava aos poucos a substituição da democracia brasileira por uma *autocracia sem razão de ser*. Por outro lado, São Paulo seria o detentor das condições para restaurar a nação, advindas do *patrimônio moral* de sua mocidade.

Entretanto, os editores procuram deixar claro que o programa constitucionalista não se resumiria à retomada da Constituição de 1891, e, menos ainda, almejaria o retorno aos vícios antigos dos políticos “*Que não se recorde sequer, a repulsa das nódoas passadas, para sempre extintas, entre as quaes o profissionalismo político, o coronelismo regionalista, os governos de egrejinhas partidárias...*” (Jornal das Trincheiras, 18/09/1932, p.2).

Ao contrário, pela leitura arquitetada a imagem transmitida aos soldados – antes mesmo da argumentação anti-ditatorial aludida – era a de que o verdadeiro caráter da luta armada seria instaurar algo completamente novo, com a direção dos mais jovens. No nível discursivo, portanto, a palavra assume a condição vital de arma de combate, pautando a interpretação e os atributos que devem ser considerados como a faceta do levante. Para além de rebater a pecha pejorativa, visava-se introduzir o caráter de novidade política à campanha, privilegiando a ação da sociedade civil como motriz da luta pelo bem da nação.

II – Conquistando corações e mentes

Em sintonia com o combate às (in)versões do Governo Provisório e esclarecimento do *verdadeiro* caráter do enfrentamento, o que era importante para conquistar a “opinião pública” e seduzir o voluntariado, outra tarefa central para o *Jornal das Trincheiras* seria convocar o maior número de voluntários para a *causa nacional* e garantir sua permanência nos campos de batalha ou a serviço na retaguarda. Para isso, seria preciso, desde as primeiras edições, fazer crer que doar a vida *por São Paulo* era algo natural ou a própria razão da vida do paulista, por isso, a LDP apelou para a causa superior às classes, enfocando tanto as tradições de São Paulo, que serviam como modelo de comportamento, quanto os sentimentos, esperanças e emoções que compunham o imaginário regional.

Nas edições iniciais do jornal, ainda em formato composto por quatro páginas pequenas, a estratégia adotada no trato com os soldados consistia em equipará-los, independentemente de sua origem social ou proveniência militar ou civil, aos grandes agentes da sublevação. De acordo com o *Jornal das Trincheiras*, na matéria intitulada *Simple Soldado*, o abnegado *soldado constitucionalista* deveria ser tratado como herói nacional pela população, pois “*jamais se imagine que o simples soldado*

está apenas nos ajudando a vencer. Ele é quem nos garante a vitória nas armas, ele é a grande força militar” (Jornal das Trincheiras, 21/08/1932, p. 3).

Fica claro, no trecho acima, a tentativa de lançar sobre os soldados as responsabilidades do confronto, possivelmente com o objetivo de extrair-lhe o máximo das forças e ainda afastar a hipótese da condução política da velha oligarquia, sobre os acontecimentos. Para fortalecer esta argumentação, o jornal recorria à palavra de personalidades ilustres na sociedade da época, como a do professor Alcântara Machado, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, e de Urbano Marcondes de Moura, ministro do Tribunal de Justiça, o qual garantia, até mesmo, que após a vitória caberia à mocidade voluntária o reconhecimento público e a administração do novo país: “*E nós que já passamos da idade e demos á vida todas as nossas energias, podemos morrer felizes e contentes, porque sabemos que nos sucederá essa mocidade heróica, á cuja sombra repousará tranqüillo o destino de nossa terra”* (Jornal das Trincheiras, 01/09/1932, p.1).

A partir da 4ª edição, quando o *Jornal das Trincheiras* passou a ser impresso nas avançadas oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo* e adquiriu formato maior, fica evidente que as estratégias para persuadir as tropas sobre sua importância ganharam novos contornos, voltados para o apelo aos valores sentimentais dos soldados. Assim, cartas de mulheres, mães, irmãos, amigos e dos próprios voluntários passaram a ser publicadas, no intuito de manter elevado o ânimo das tropas e sua eficiência nos combates.

A mulher paulista, que é caracterizada pelos editores como a *alma que espiritualiza e dignifica esse corpo viril* que se levantou em armas, dirige seu apelo emocionado ao soldado. Na edição de 28 de agosto, a esposa do cel. Christiano Kinglheffer⁹, que estava em combate na região de Bury, propôs as seguintes palavras sobre a atuação e o sentimento das mães na retaguarda:

acredita, meus filhos, que essas mãos incansáveis trabalham agora com a mesma ternura e o mesmo orgulho com que faziam os ‘tricotados’ e prendiam as rendas e atavam as fitinhas dos vossos enxovaes, com que embalavam o vosso berço, com que acariciavam as vossas cabecinhas felizes, com que guiavam os vossos primeiros passos (Jornal das Trincheiras, 28/08/1932, p. 2).

⁹ O cel. Christiano Kinglheffer da Força Pública já manifestara seu descontentamento com o Governo Provisório desde longa data, pois participou com mais duzentos “rebeldes” do motim fracassado da Força Pública, em 28 de abril de 1931, contra o comando do “tenente” Miguel Costa, que lhes havia sido imposto. Na época o referido coronel fora preso (DAVIDOFF, 2006).

Com apelos tão comoventes, os soldados eram incitados a se entregar por inteiro à luta. A mensagem das mulheres foi amplamente aproveitada, inclusive, em uma coluna fixa do jornal, intitulada *Cartas de Mulher* e escrita por Vina Centi, diretora da *Associação dos Pequeninos Pobres*. Com artigos dirigidos a públicos específicos como *Ao Soldado da Força Pública*, *Ao Soldado do Exército Brasileiro*, *A meu Filho*, *Ao Voluntário Paulista Intelectual* e *Ao voluntário pobre que está na trincheira*, a signatária procura transmitir confiança, ao frisar a união de espírito entre a mulher paulista engajada na retaguarda e o soldado no *front*.

As cartas de Vina Centi, apesar de reconhecer as dificuldades dos combates, enfatizam a importância do alistamento às tropas beligerantes, que era descrito como um dever de todos os paulistas plenamente apoiados por seus familiares. A orientação era para que o sofrimento fosse aceito como uma forma de luta pelos valores mais profundos do ser humano, como fica explícito no trecho abaixo: “*Soldado, meu querido amigo, meu filho. Quando o momento for penoso, quando a hora for amarga, quando o sacrifício atingir o Maximo, pense em Deus, pense no Brasil e pense na sua família*” (Jornal das Trincheiras, 25/09/1932, p. 2).

Outra coluna freqüente composta por cartas no pequeno jornal e veiculada em simultaneidade com as outras missivas é intitulada *Cartas de um Voluntário*. Trata-se de uma série de correspondências enviadas por um voluntário, denominado como *Ângelo*, à sua mãe, na qual intencionalmente (ou não) se desenvolve uma exposição sutil dos princípios de conduta defendidos pela LDP sobre o papel do voluntariado. Ao longo de pelo menos seis cartas, publicadas em primeira página, *Ângelo* cria a representação de uma luta em que o sofrimento e a dor são considerados ínfimos, ante a bravura dos soldados paulistas, pois estes se batem por um ideal sublime.

Na primeira carta, publicada em 1º de setembro, o missivista realiza uma apologia à condição de voluntário. Em sua avaliação, para se conhecer a real condição de um soldado seria preciso experimentar as batalhas, que eram apresentadas como verdadeiras maravilhas, a ponto de conquistar a simpatia dos homens. “*Quando a gente chega a esse estado de espírito, nada mais nos vence, mamãe: e é por isso que eu sinto a victoria se aproximar, a victoria vir ao nosso encontro, como limalha de ferro attrhaida pelo iman*” (Jornal das Trincheiras, 01/09/1932, p. 1).

No trecho acima, o autor apela a termos afetivos como o amor materno o que, possivelmente, seria de grande valia, já que muitos soldados estavam há um bom

tempo separados de seus familiares. Nota-se, também, que o cansaço das tropas se fazia crescente, pois o apelo à esperança da vitória passa a ser mencionado com frequência considerável.

Na edição seguinte, o tema abordado é a crítica à visita dos soldados a seus familiares: “*Você sabe muito bem o prazer, a emoção que tive em rever vocês, mas... sinto, tenho a certeza que essa licença foram três dias roubados a São Paulo. Tenho a sensação de ter corrido para o ‘piques’ numa hora em que não devia haver descanso*” (Jornal das Trincheiras, 04/09/1932, p.1).

Outros assuntos ainda compõem o tema das correspondências. Numa destas cartas, *Ângelo* afirma, a beira do ascetismo, que: “*Mamãe, você pode estar tranqüilla: eu não soffro, ou pelo menos, se soffro não sinto o sofrimento*” (Jornal das Trincheiras, 08/09/1932, p.1), sugerindo o grau extremo de doação a que os paulistas atingiram ou deveriam alcançar na concepção da LDP.

O missivista *Ângelo* também reafirma as teses dos promotores do levante sobre o caráter popular do mesmo que, segundo ele, seria conduzido por pessoas comuns como um tal Pedro Freire que, mesmo sem filiação política, se doava inteiramente à *causa constitucionalista*, por amor a São Paulo: “*O que move Pedro Freire não é o ódio, nem a ambição política; é o amor, o puro amor, o puro e simples amor, o amor que faz milagres, o amor que revela ao homem nos instantes supremos que elle nada vale se suas raízes não se embebedarem fundo na sua terra*” (Jornal das Trincheiras, 11/09/1932, p.1).

Já nos últimos dias da batalha, *Ângelo* assegura, apoiando-se sobre o trabalho da retaguarda feito pela população, que o fim estaria próximo, coroando com a vitória a luta paulista, pois “*o furor do inimigo esta esmorecendo... Mais um esforço... e a partida estará totalmente ganha*” (Jornal das Trincheiras, 25/09/1932, p.1).

Se não bastassem as evocações em nome dos familiares e amigos dos soldados, o *Jornal das Trincheiras* defendia, alguns dias antes da última missiva, atitudes extremas como o *amor pelas trincheiras*. Na concepção dos editores, apelando para a consciência do voluntariado, haveria um dever a ser cumprido, pois todos os combatentes paulistas tinham renascido no contato com a terra, e, tornado o entrenchamento uma *causa santa*, digna dos sentimentos mais puros: “*– Saudade do ‘front’*”.

O ‘front’, meu amigo, é a imagem exacta... Parece que foi ahi, só ahi, nesta terra trabalhada e ensangüentada, tão soffrida e por isso tão gostosa que a gente

nasceu e viveu, e deve morrer... Isso é Pátria, meu amigo. Pátria pura” (Jornal das Trincheiras, 18/09/1932, p.1).

A justificativa para um empenho de tamanha envergadura, como o realizado por São Paulo, fora buscada fundamentalmente na história deste povo, cuja alma teria sido temperada na dificuldade e jamais poderia ser humilhado por *aventureiros atrevidos*. Esta visão se torna clara no relato sobre a fidelidade dos súditos paulistas ao rei D. João IV, quando ao entregar seu imposto à corte e serem questionados sobre o favor que esperavam receber em troca, Borba Gato, em sua ousadia, teria respondido: “– *Senhor, nós viemos dar. Não estamos aqui para pedir*” (Jornal das Trincheiras, 22/09/1932, p.1).

Já na matéria veiculada no dia 25 de setembro, intitulada *Estirpe de Anhangüera*, o povo paulista é equiparado aos personagens nobres de sua história, como o colonizador Martim Afonso, os jesuítas e Amador Bueno, a terra da luta pela independência, pela abolição da escravidão e da propaganda republicana, mas, especialmente dos heróicos desbravadores bandeirantes, que são tomados como exemplos a serem seguidos por todos.

A figura do Anhangüera acha-se multiplicada por dezenas de milhares, nesta hora histórica de brasilidade. Cada soldado constitucionalista, galgando de ímpeto as posições contrárias, parece que ostenta triunfalmente, ante os defensores do mísero egoísmo dictatorial, a chamma idealista de uma civilização que avança, impávida e victoriosa, para a renovação do Brasil (Jornal das Trincheiras, 25/09/1932, p.1).

A matéria mostra que como Bartolomeu Bueno da Silva, o nome de Borba Gato, Fernão Dias Paes Leme e outros sertanistas bandeirantes, além de servir como título aos diversos batalhões de São Paulo, foram retomados para salientar que a tradição paulista atravessou os séculos e fazia parte do presente protagonizado. É como se todos os paulistas fossem predestinados a renovar o Brasil e a comportar-se como, supostamente, se comportavam os bandeirantes ao expandir as fronteiras do país.

A tradição bandeirante teria atravessado os séculos de modo tão evidente, que as próprias pedras de esmeralda falsas encontradas por Fernão Dias e guardadas desde então, haveriam se tornado verdadeiras, quando foram reavaliadas durante a campanha do *Ouro para o bem de São Paulo*.

Ainda que nos momentos finais do confronto o apelo à tradição tenha sido mais evidente, ao longo da campanha proselitista o *Jornal das Trincheiras* vinculou reiteradamente a peleja a diversos sucessos históricos. Entre os episódios pujantes retomados à história paulista, o da *Independência do Brasil*, efetivada nas terras de São Paulo, ganhou destaque, confirmando a posição do estado como legítimo defensor da liberdade nacional. No artigo de capa, intitulado *7 de Setembro*, assinado pelo poeta Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, aventa-se que a liberdade conquistada a duras penas por São Paulo estaria sendo levemente corrompida por um grupo de aventureiros desde 1930, contra os quais seria preciso *demonstrar nossa grandeza*.

A *luta pela Constituição*, denotada pelo *Jornal das Trincheiras*, ainda teria fundo religioso na mesma edição, amparado em artigos que a compatibilizavam com o espírito sagrado de personagens bíblicas como Jó – que perdera temporariamente suas riquezas por uma provação divina, mas, depois, tudo recuperara – ou de uma guerra santa, como as aguerridas cruzadas medievais: “*Não há, no movimento épico das nossas forças, interesses políticos... Há apenas um ideal... Existe, em mãos de infiéis um Santo Sepulchro que os Cruzados paulistas vão libertar*” (*Jornal das Trincheiras*, 08/09/1932, p.1).

Nota-se, claramente, neste discurso que a retórica se baseava em dualismos, isto é, ao lado paulista estaria o bem e seus escolhidos, ao passo que com o Governo Provisório congregaram-se os asseclas do mal, os quais, por ordem divina, deveriam ser contestados a todo transe.

Os combatentes que aderissem plenamente ao ideal propalado, com feitos dignos de seus antepassados, recebiam as honras do heroísmo e eram alçados à condição de protótipos de conduta, a exemplo de um juiz que se recusara a manter-se no conforto de suas atividades cotidianas para coadjuvar o Exército “Constitucionalista” e de uma mãe que enviou sete filhos para as trincheiras.

A imagem fomentada pelos membros do *Jornal das Trincheiras* era a de que doar a vida *por São Paulo* seria absolutamente natural e, ainda, pensar ou agir em contrário significava não ser digno das tradições paulistas.

Não se admitia, em todo o percurso, a hipótese da derrota. Por isso, desde as primeiras edições, o apelo veemente à esperança da conquista se fazia presente: “*Sustentae o fogo, que a Vitória é nossa*”. Referindo-se a este tema, a edição do dia 14 de agosto propunha que a *guerra pela lei e pela ordem* já estaria virtualmente ganha e

viria espontaneamente coroar o esforço dos soldados das trincheiras, pois “*A ditadura não poderá mais se sustentar, nem em face da opinião nacional, nem diante do mundo*” (Jornal das Trincheiras, 14/08/1932, p.3). Destaca, ainda, que sem o acesso às fontes de recursos materiais e nem às condições de produzi-los, os *traidores de 1930* decairiam com o esgotamento de seus recursos, bastaria *a nossa resistência* –; contraditoriamente, entretanto, tal situação era enfrentada por São Paulo.

A nossa vitória está ao alcance da mão. É, na pior das hipóteses, apenas uma questão de tempo, porque o tempo é nosso aliado e combate por nós contra os nossos inimigos...

A guerra está ganha. E quem a vence é o soldado humilde e anônimo que no desconforto das trincheiras expõe abnegadamente a vida por amor dum ideal e brada a ditadura: ‘O Brasil será livre, porque aqui estamos para morrer pela liberdade da Pátria! (Idem).

Para comprovar isso, a LDP direcionava as atenções com maior ênfase ao apoio popular dispensado ao levante, apresentando-o como uma causa unanimemente adotada por todo o estado que, além de ceder voluntários para o combate, ainda contribuía nas campanhas *para o bem de São Paulo* e nos serviços da retaguarda. Falava-se, entusiasticamente, até em duas trincheiras: uma formada pelos guerreiros nas frentes de combate e outra permanente nas cidades, na qual o homem paulista verte o seu ouro para a Vitória. “*Quando se fizer a história da Revolução Constitucionalista e for possível conhecer, em todos os seus pormenores, a mobilização civil de S. Paulo, esta causará maravilha, pela rapidez com que foi realizada, pela sua organização e eficiência*” (Jornal das Trincheiras, 14/08/1932, p.3.).

Sobre a campanha feita para arrecadação do ouro para manter os custeios da luta proclamava-se que em apenas três dias de propaganda teriam sido feitas cinco mil doações e que a população em geral doava até seus anéis mais estimados, como os de formatura e casamento, num movimento de classe iniciado por bacharéis em direito filiados a LDP, mas que se tornara uma causa comum.

No dia 18 de setembro alude-se para o contexto externo ao estado, onde a ascensão de São Paulo era qualificada como irresistível. A luta dos novos bandeirantes pelo Brasil, apesar de todas as *dificuldades purificadoras*, seria uma fogueira que atirava longe a chama de seu ideal. O artigo enfatiza que “*Em breve o Brasil inteiro será uma fomalha crepitando e rugindo nas chamas da renovação*” e aí os soldados da lei serão “*coroados de glória*”. E acrescenta que: “*Já novos incêndios surgem. É o Rio*

Grande do Sul que se inflama. É Minas Gerais que começa a arder. São outros focos que apontam aqui e ali e dos quaes, no soberbo isolamento em que estamos vivendo, mal temos conhecimento ou indicação” (Jornal das Trincheiras, 18/09/1932, p.1).

Para fortalecer a afirmação sobre a expansão do *ideal da liberdade*, o *Jornal das Trincheiras* conferia grande destaque a todas as adesões, ou mesmo supostas insurreições estaduais que fossem favoráveis à constitucionalização. Para tanto, possuía uma coluna fixa intitulada *Notícias dos Estados*. Nela, a esperança da junção de outras forças à “causa constitucionalista” foi agitada ao extremo, com ênfase ao superdimensionamento de pequenas revoltas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, da *Insurreição dos Pampas*, da *arrancada do povo catarinense* e, também, de um problema diplomático entre o Governo Provisório e a embaixada italiana.

Cabe destacar que, em momento algum, o triunfo estivera tão próximo de São Paulo como fora veiculado com eloquência surpreendente pela propaganda paulista. Ao contrário, as tropas e armas do Governo Provisório eram incontestavelmente superiores às dos paulistas e as supostas adesões apresentadas como focos da *fogueira constitucionalista* não se concretizaram como ameaças significativas para o Exército do governo federal.

Além disso, no artigo *os Inimigos*, evidencia-se que na impossibilidade de conquistar corações e mentes espontaneamente, o tratamento dispensado aos que se recusavam a *servir São Paulo* era ríspido – o que também desvela os limites da inserção social a causa. Além de qualificar os dissidentes como adversários internos, os editores ainda os subdividiam por categorias, tais como: o *boateiro*, que por ingenuidade ou malevolência propaga notícias inverídicas – boas ou más –; o *derrotista*, em cuja saliência pede o término da luta, motivado por interesses econômicos ou pela própria covardia; os espiões e sabotadores, os quais trabalham intencionalmente para o adversário dos paulistas; os comerciantes, usufruindo da ocasião para elevar os preços de suas mercadorias; e o *propagador de doutrinas subversivas*, que se aproveita do momento tumultuado para semear a desordem e atacar as instituições.

III – Entre os limites do humor e a negação da derrota

Se o apelo a valores e expectativas dos *soldados da lei* foi uma prática importante na mobilização do voluntariado e na manutenção do ânimo das tropas para a

continuidade da liça, o humor também serviu como peça de combate para aliviar as tensões dos soldados e ainda atacar o inimigo, o qual era alvo de charges, piadas e historinhas em tom depreciativo e regionalista.

Numa coluna intitulada *Cronacas da Retaguardia*, assinada pelo *Tenenti Juó Bananére*,¹⁰ ironiza-se os atos do Governo Provisório ao mesmo tempo em que se exaltam os feitos de São Paulo, num idioma que mistura o português com o italiano, resultando em termos estranhos e cômicos. Nesse dialeto, a *ditadura*, por exemplo, é denominada como *dentadura* e Getúlio Vargas aparece como *Gitulio Danella*.

Desde a 4ª edição, o humor valeu-se também dos quadrinhos animados e das caricaturas de autoria de J.U. Campos.¹¹ Nelas os combatentes paulistas, em detrimento a suposta fragilidade física com que seriam descritos pelo Governo Provisório, são representados como vigorosos, bem alimentados, disciplinados, felizes e equipados com as melhores vestimentas e armas que a situação exigia. A caricatura a seguir cria uma representação de soldado que, nem sempre, coincidia com a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas tropas de São Paulo nas frentes de combate:

¹⁰ Juó Bananére: Pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892 – 1933). Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, ao mesmo tempo em que iniciava carreira de jornalista, trabalhando como revisor. Escreveu artigos em “macarrônico”, para jornais humorísticos como “O Pirralho”, dirigido por Oswald Andrade e ilustrado pelo caricaturista Voltolino. Escreveu “La Divina inencana” em 1925. Para ele, a Revolução de 1930 deixou tudo como estava antes, ou ainda pior. (Informações extraídas de DE PAULA, 1999. p. 55).

¹¹ J.U. Campos representa a forma como o pintor e cartunista Jurandir Ubirajara Campos assinava suas obras. J.U Campos nasceu em 1903 e, ao longo de sua vida, trabalhou ao lado de artistas e intelectuais importantes como Monteiro Lobato, ilustrando muitos de seus livros e, provavelmente, partilhando de sua posição com relação ao papel de São Paulo na Federação.



Imagem 1: Soldado “constitucionalista” representado pelo *Jornal das Trincheiras*, 25/08/1932. p.3

Se a linguagem visual é empregada para desmentir o governo federal, o humor aviltante, igualmente, rebate a pecha aos adversários. Em *As Aventuras de Jeremias e Zoroastro – Soldados Dictatoriaes*. Nelas os opositores são tomados em tom de chacota, sendo Jeremias e Zoroastro caracterizados pelo cartunista como oriundos da “terrinha” do norte, que teriam vindo lutar contra São Paulo, enganados pelos “tenentes”, em troca de comida e outras “especiarias”. Nos quadrinhos, os dois personagens são representados sem vestimentas ou equipamentos adequados para os combates, de frágil porte físico, com narizes pintados e de fácil intimidação diante da valentia dos soldados *da Lei*, em que pese à obesidade de sua caracterização.



Imagem 2: As aventuras de Jeremias e Zoroastro – soldados ditatoriais Jornal das Trincheiras, 04/09/1932. p. 2

Esse discurso agressivo da LDP contra os aliados do Governo Provisório, efetuado acentuadamente no último mês da luta, não se resumia ao veio satírico, mas atingia outras dimensões na extensão do período bélico. A LDP insuflava o ódio dos soldados ao adversário, representando-o como responsável por todos os fatores negativos enfrentados na peleja. Neste ambiente, em que o tema da Constituição já se esvaía, a propaganda se faz em tom de dualismo: ao lado de São Paulo estaria a civilização, ao passo que secundaria Getúlio Vargas e os “tenentes” a barbárie.

As imputações, nesse sentido, se dão por meio de denúncias de que a “ditadura” teria emitido clandestinamente quatrocentos mil contos de réis, falsificado os *Bônus paulistas Pró-Constituição*, proposto acordos e conchavos para a paz, sem a lei, e metralhado caravanas de combatentes que se retiravam das batalhas, isso sem contar o “alistamento forçado de jagunços e desordeiros, da embriagues sistemática das tropas

na hora dos combates e d'outros recursos selvagens que não queremos mencionar...” (Jornal das Trincheiras, 18/08/1932, p. 1), sinônimos de barbárie e confusão.

A diferença entre a constituição *moral e mental da ditadura* e dos *defensores da Lei e da Ordem* se manifestaria em qualquer aspecto que se quisesse verificar, a começar pelo campo intelectual, caracterizado por divergências de proporções acentuadas. As rádios *ditatoriais*, em seus dizeres, principalmente a carioca PRAX (Rádio Philips), repetiriam um discurso enjoativo e falacioso que não convenceria ninguém, pois, os seus *soldados intelectuais* careceriam de autoridade mínima para falar ao país. Por São Paulo e pela sublevação, via PRAR (Rádio Record), falariam os “*mais legítimos representantes de nossa cultura, professores das nossas escolas superiores, presidentes das nossas instituições de classe*” (Jornal das Trincheiras, 21/08/1932. p. 1), entre outros.

Nesse ponto, é possível perceber o tom falacioso da propaganda feita pelo *Jornal das Trincheiras*, pois entre os desqualificados *soldados intelectuais da ditadura* encontravam-se personalidades que viriam a se tornar célebres no país, como o mineiro Gustavo Capanema, que são minimizados como agentes do mal, como demonstra De Paula (1999).

A representação da “ditadura” como sinônimo de barbárie foi encontrada em outras matérias, a exemplo da edição número 4, na qual se destaca que o Governo Provisório teria espalhado boletins apócrifos na região norte do país, com rasgados elogios à gente de São Paulo e os maiores insultos contra os nortistas, no intuito de estabelecer o ódio entre os paulistas e os naturais de outros estados. Em consequência desta propaganda, haveria chegado ao Rio de Janeiro, pouco tempo depois, um contingente de estudantes baianos, enganados, que vinham do norte para combater aos rebeldes paulistas proclamadores da independência de São Paulo. Devidamente informados sobre a real situação, os estudantes teriam se negado ao combate, provocando uma grande confusão (LOPES, 2008).

O *Jornal das Trincheiras* não se preocupava com a veracidade de suas acusações, como sugere o trecho seguinte: “*É o conhecido ‘espírito dos tenentes’ que torna a por as mangas de fora, é o rançoso marxismo primário, que se revela novamente. E esses pobres anarquistas ambiciosos, esses eternos exilados de todos os partidos, esses bolchevistas de literatura de cordel, só conhecem uma força: o dinheiro...*” (Jornal das Trincheiras, 04/09/1932, p. 2).

O trecho acima evidencia uma confusão intencional, que mistura o “tenentismo” ao anarquismo e aos comunistas. Cabe ressaltar que cada uma destas correntes possuía adeptos à época que, não raro, se chocavam com os interesses da classe dominante paulista, como ocorreu com os anarco-sindicalistas e demais organizações operárias na greve que perpassou São Paulo, em maio de 1932 (SILVA, 1991, p.121-124). Assim, fica clara a intenção das elites paulistas em combater o “tenentismo”, mas, também, outros grupos de São Paulo, considerados inconvenientes.

As críticas são gradativas. No dia 18 de setembro, afirmava-se que “*O fim justifica os meios*’, tal é a norma de ação que adoptou a ditadura para enfrentar a força irreprimível que a combate” (Jornal das Trincheiras, 18/09/1932, p. 2). O autor anônimo sobreleva que para se perpetuar no poder todos os abusos são úteis, e teriam sido praticados contra São Paulo pelo governo federal. Na edição seguinte, a argumentação ganharia materialidade na palavra do governador do estado, Pedro de Toledo, que redigiu um manifesto, intitulado *À Nação*, enumerando as atitudes da “ditadura” e equiparando-a a uma entidade capaz de terríveis atrocidades, como o bombardeio de cidades indefesas. “*Empregando armas proibidas pelas leis internacionais, não mais vacillou, e poz-se, por aviões, a proceder friamente ao bombardeio de cidade abertas. São Paulo e Santos foram as primeiras victimas nos primeiros dias da revolução constitucionalista*” (Jornal das Trincheiras, 22/09/1932, p. 2).

O governador prossegue dizendo que tais práticas sanguinárias se detiveram por algum tempo por causa dos protestos opostos. No entanto, pouco depois, teriam sido retomadas com todo furor:

Ambulâncias da Cruz Vermelha, assinaladas inconfundivelmente de acordo com as leis internacionaes de guerra, têm sido perseguidas e cruelmente metralhadas por aviões de combate, feridos os seus humanitários serviçaes. Cruzeiro, Mogy-Mirim e Silveiras, cidades abertas foram pelas granadas dictatoriaes molestadas, sendo feridas mulheres e crianças ...

Velhos, mulheres e crianças são sacrificados com uma inconsciência sem par e uma maldade sem nome... bombardeando ruas centraes de cidades pacatas, habitações particulares, fábricas, villas proletárias, e até cemitérios, não se pode permitir... (Idem, p.2)

O bombardeio de cidades abertas, como Campinas, ganhou destaque no jornal com protestos, como o dos artistas e intelectuais brasileiros de São Paulo, que se reuniram extraordinariamente e consideraram um crime o ataque aos civis e ao

patrimônio histórico-cultural, localizado naquela cidade (Jornal das Trincheiras, 22/09/1932, p.1). É importante mencionar que estas incriminações, freqüentemente, não vinham acompanhadas de provas mais contundentes, e que o Governo Provisório negava sua autoria.

A argumentação do jornalzinho e de seus colaboradores, entretantes, atinge seu ápice na perspectiva evolucionista, propugnada pela intelectualidade regionalista, que compunha, desde 1931, as bases do discurso apropriado pela FUP. Na matéria intitulada *Duas Civilizações* o autor anônimo destaca que desde que irrompeu o confronto tornara-se evidente:

[...] que nos achávamos diante de um conflicto entre duas phases secularmente distanciadas de civilização, atiradas face a face por uma contingência histórica para não dizer entre a civilização e a barbárie ... Em todos os ambientes sociaes em estado dynamico, evolutivo, existem, a par da elite que se mantem acima da média de civilização do ambiente e constitue o fermento da evolução, a grande massa inferior dos que não podem attingir a essa média, dos inadaptaíveis, dos dominados pelos complexos atávicos, dos estados primitivos, que se rebellam contra a civilização e procuram rebaixar o meio social a um grau inferior, num retrocesso degenerativo, para a plena expansão dos seus appetites, das suas paixões, dos seus instinctos (Jornal das Trincheiras, 25/09/1932, p.1).

A assertiva acima, partindo de um jornal que se autodenominava como *órgão da Revolução Constitucionalista* por incumbência do *Comando Supremo do Exército Constitucionalista*, compromete claramente o alardeado caráter democrático do levante. Tal perspectiva permite depreender que dentre a elite promotora do confronto bélico, representada pela LDP e pelo serviço de publicidade, havia um exacerbado sentimento regionalista, que se aproximava ao campo do racismo e da eugenia, traduzido em termos como *massa inferior, e complexos atávicos*.

Para que a retórica da propaganda supracitada se sustentasse, incitando o espírito das tropas, também era preciso lidar com outro tema espinhoso: a publicação de notícias desfavoráveis que pudessem prejudicar o ânimo dos contendores. Mas, por outro lado, os próprios combatentes sabiam que o cotidiano não era constituído apenas por vitórias. O *Jornal das Trincheiras* bem soube trabalhar com as notícias negativas no decorrer do entrincheiramento.

Referindo-se às tropas do Governo Provisório, a fim de amainar-lhes os feitos e, em ambivalência, incitar os brios dos paulistas, as *Notícias Militares*

caracterizavam-nas como um exército indisciplinado e desordeiro. Contra os efetivos *ditatoriais* recaíam inúmeras críticas, já que, segundo o *Jornal das Trincheiras*, ao contrário dos aguerridos de São Paulo que se batiam por um ideal, os soldados da União combatiam apenas por alimentação, sequer partilhavam do mesmo ideal e ainda seriam comandados por aventureiros. Na edição do dia 21 de agosto, afirmava-se que ao lado das tropas regulares governamentais, figurariam retirantes nordestinos flagelados pela seca que, em sua maioria, combatiam enganados, “*certos de que o nosso exército é feito de estrangeiros e tem ideais comunistas*” (*Jornal das Trincheiras*, 21/08/1932, p.4), ou separatistas.

Na coluna *Notícias Militares*, veiculada no dia 28 de agosto, destaca-se que os nortistas também teriam sido arrebanhados entre jagunços e cangaceiros que, por isso, promoviam a desordem e o ataque à propriedade privada de São Paulo, com “*casas saqueadas, gado desaparecido, paiões esvaziados*” e povoações depredadas. “[...] *jagunços e cangaceiros de peor espécie, suprem os resultados que não colhem nas suas offensivas militares, saqueando as fazendas paulistas do norte do Paraná. Destroem tudo. Ao que não podem carregar na sua fúria, de roubo, lançam fogo, inutilizam, como se fossem o próprio sinete da dictadura [...]*” (*Jornal das Trincheiras*, 28/08/1932, p.3).

No dia 15 de setembro, pondera-se que a desorganização ditatorial seria tamanha, que os soldados nortistas teriam chegado a extremos como lutar com *unhas e dentes*, contra paulistas armados com metralhadoras e baionetas, e, ludibriados a ponto de partirem sem preparo algum para o enfrentamento, seriam utilizados apenas como elemento para obrigar os soldados da lei a gastarem suas munições.

O noticiário militar, provavelmente uma das matérias mais procuradas pelos leitores, sedentos em descobrir o desfecho dos confrontos, era uma coluna ampla no jornal, trazendo informações diversificadas sobre os combates diários entre as tropas nas principais frentes de luta: Vale do Paraíba, fronteira de Minas (*Fronteira da Traição*) e sul do estado. Além da descrição sobre as operações, as *Notícias Militares* também traziam informações sobre a formação de batalhões, a aviação “rebelde”, as adesões e promoções de soldados e o alistamento de voluntários.

No entanto, na visão do jornal, o Exército insubordinado sempre se manteve em vantagem sobre os efetivos governamentais. Apesar dos escassos avanços paulistas, a explicação para a estagnação vivida pelas tropas, que, decorridos mais de dois meses de luta, não conseguiam adentrar na capital federal e nem em outros territórios, era a de

que “para nós, não se trata de conquistar e, sim, de conservar, aparando os choques dos adversários” (Jornal das Trincheiras, 01/09/1932, p.3). Assim, a principal tática de luta proposta pelo *Jornal das Trincheiras* para o Exército *Constitucionalista* centrava-se na defesa contra os ataques *ditatoriais*. Não era preciso se preocupar em avançar; caberia aos paulistas resistir, pois, os combates eram violentíssimos, mas sem resultados vultosos para o Governo Central, que já estaria fatigado.

Mesmo as maiores derrotas eram amenizadas e tomadas como parte dos planos do alto comando das forças amotinadas, a exemplo do recuo considerável na frente de Minas Gerais a que foram forçados dado o maior poderio de fogo das tropas leais ao Governo Provisório, tratado como uma retirada estratégica e, não, fuga. Falseava-se claramente a realidade da luta para iludir a opinião pública, conforme explicita a descrição da baixa, publicada no jornal *A Gazeta*, em 4 de setembro, e reproduzida pelo *Jornal das Trincheiras*:

A acertada decisão do comando das forças constitucionalistas de retrahir a nossa extensa linha de frente no sector Norte, é medida que já estava decidida desde o início do glorioso movimento de São Paulo, em prol da Ordem e da Lei...

Aliás, os ditatoriais, com o nosso afastamento para as proximidades das posições onde nos temos batido, nada aproveitam (Jornal das Trincheiras, 15/09/1932, p.1).

Com relação ao delicado tema das mortes em combate, de início, os diretores do pequeno jornal tentaram fugir ao assunto sequer mencionando as baixas. No entanto, a partir da 5ª edição, torna-se claro que a solução encontrada baseava-se no redirecionamento da questão em prol à causa: elevar os mortos à categoria de heróis.

Na matéria veiculada em 28 de agosto, divulgou-se uma relação de nomes de combatentes que não teriam sido encontrados pelo *Correio Militar MMDC* e cujas correspondências precisavam de remetente para ser devolvidas. Nas edições seguintes, criou-se um *Quadro de Honra*, no qual eram relacionados nomes de combatentes mortos, oriundos de diversas classes e profissões, voluntários civis ou militares, que deveriam ser lembrados entre os heróis de São Paulo:

A morte de um herói!

[...] O seu nome, Gustavo Borges, soldado da primeira companhia do 9º. B.C.R. deve ser cultuado com veneração e orgulho por todos os brasileiros que amam a sua pátria e que a querem ver grande e soberana, num âmbito de ordem e de liberdade ...

Soldados da Constituição! Honrae a memória deste bravo no campo de Batalha! (Jornal das Trincheiras, 11/09/1932, p. 3).

É possível verificar, no trecho acima, o clima criado no estado, pois, a própria morte no levante não causaria indignação e medo entre os soldados e a população, mas serviria como incentivo aos que permaneceram na luta.

Referindo-se a resposta do voluntariado à campanha, a coluna intitulada *A Voz das Trincheiras*, cujo título e conteúdo sugerem uma unanimidade da sublevação, publicava cartas enviadas por combatentes aos redatores, expressando suas impressões sobre o confronto. Imersas no ambiente da beligerância, as cartas publicadas apresentam apenas descrições positivas dos combates e perspectivas otimistas com relação ao futuro do conflito. Assim, numa carta de 30 de agosto, por exemplo, enviada ao jornal por um grupo do 5º. R.I. de Campinas afirmava-se o seguinte:

Faz hoje 44 dias que estamos lutando heroicamente, e nada nos desanima, chuva, frio, aviões. Nem mesmo o frio que é o peor. Daremos até a última gota do nosso sangue pela santa causa que S. Paulo está levando à frente. Haveremos de vencer ou morrer...
O grupo dos 'bambas': (aa) – Rapadura, Francano, Luiz Ferreira, Francisco Rodrigues, Gavião do Mar, Nogueira Netto, Bean Geste, Bahianão (Jornal das Trincheiras, 04/09/1932, p.3).

Outros soldados também se posicionaram sobre a atuação do *Jornal das Trincheiras* e os destinos do enfrentamento:

Sr. Redactor: – Muitas Saudações. Eu tenho lido o seu jornal que muito me tem agradado. Pertença a um batalhão de sapadores...Trabalhar não é nada, até é gostoso a gente trabalhar muito, mas muito por uma causa tão justa...
Eu não sei escrever mais o seu jornal me deu vontade de escrever para falar tudo o que sinto, e eu só sei que o Brasil é uma coisa estupenda.
Seu criado obrdo. – (a.) F.B.P (Jornal das Trincheiras, 15/09/1932, p. 4).

Tais respostas exemplificam, de certa forma, a extensão da propaganda de massa perpetrada em 1932 que, apesar da derrota militar do levante, empenhou-se no envolvimento de todo o estado de corpo e alma na peleja. No comando da insubordinação, os homens da classe dominante paulista – aglutinados antes na LDP e na FUP – marcham por um novo ordenamento do poder configurado pós-1930, do qual São Paulo se via alijado. A propaganda coordenada por membros deste grupo, apesar de

não ser a única explicação ou a causa central para o envolvimento social na pugna, é, entretanto, parte do embate de forças e porta-voz do projeto mais amplo que almejava recolocar o estado, ainda que radicalmente, no domínio da federação. Desmedida ambição, que controversamente, contudo, não se esgota com o fracasso nos campos de batalha, delimitado na Convenção de Cruzeiro em 2 de outubro de 1932.

Referências Bibliográficas

Fontes

Jornais

Jornal das Trincheiras – Agosto a Setembro de 1932.

Coletâneas de Documentos:

COSTA, Emília Viotti da. **1932: Imagens Contraditórias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

Bibliografia Consultada

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932**. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História). FFCLH – Universidade de São Paulo, 1982.

_____. **O Jogo do Poder: revolução paulista de 32**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARMO, Dulcinéia Souza do. **Voluntários de 32: perfiz de uma revolução no interior de São Paulo**. Franca, 1998. Dissertação (Mestrado em História). FHDSS – Universidade Estadual Paulista, 1998.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. (Verbetes selecionados). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso em 11/02/2006.

DE PAULA, Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

DONATO, Hernani. **História da revolução constitucionalista de 1932: comemoração aos 70 anos do evento**. São Paulo: IBRASA, 2002.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, T. W. A indústria cultural. O Iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa. (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- KLINGER, Bertoldo (general). **Narrativas Autobiográficas**. Rio de Janeiro: scp, 1949-1953.
- KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na trama fotográfica**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2000.
- LOPES, Raimundo Hélio. **A luta entre os “verdadeiros amigos do Brasil” contra os “inimigos da revolução”**: Política, alistamento e seca no Ceará em 1932. Disponível em: <<http://www.enapet.ufsc.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta**: o caráter nacional de um movimento democrático. São Paulo: Terceiro Nome: O Estado de S. Paulo, 2004.
- RODRIGUES, João Paulo. **O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição**: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). Assis, 2009. 346 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
- SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.
- SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TOTA, Antonio Pedro. **A Locomotiva no Ar: Rádio e Modernidade em São Paulo 1924 – 1934**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/ PW, 1990.
- VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.